



## PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

INDICAÇÃO LEGISLATIVA

Nº 1100/2013

“INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA DE PAIS, PARA PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA E AO USO E ABUSO DE DROGAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO FAMILIAR”.

AUTORIA: Nelita Cecilia Piacentini

ENVIADO ÀS COMISSÕES: (em destaque).  
LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO; *FAV*  
FINANÇAS E ORÇAMENTO;  
MÉRITOS TEMÁTICOS;  
SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA;  
REPRESENTATIVA.

Incluído na Ordem do Dia		Em	/	/
Pedido de Vistas		Em	/	/
1ª Discussão e Votação		Em	/	/
2ª Discussão e Votação		Em	/	/
Aprovado em Redação Final		Em	/	/
Promulgada		Em	/	/
LEI Nº	Sancionada	Em	/	/
Publicada no Órgão Oficial	Nº	Em	/	/

01 - 1470/13



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-50.50 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)  
[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

ASSESSORIA PARLAMENTAR PSD



## INDICAÇÃO LEGISLATIVA

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo N.º 1100 / 2013

Campo Mourão, 05/4/13 Horas 16:54

Marcelo  
PROTOCOLISTA

A Vereadora que a presente subscreve, de conformidade com o Artigo 128, §1º. Inciso II do Regimento Interno desta Casa de Leis, **INDICA** a **EXCELENTÍSSIMA SENHORA REGINA MASSARETO BRONZEL DUBAY – PREFEITA MUNICIPAL**, para que envie a esta Casa de Leis o PROJETO DE LEI que:

**“INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA DE PAIS, PARA PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA E AO USO E ABUSO DE DROGAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO FAMILIAR”.**

Despachada favoravelmente, seja a presente proposição encaminhada à Comissão Permanente de Legislação e Redação, para as providências de estilo (Artigo 130 do Regimento Interno desta Casa de Leis).

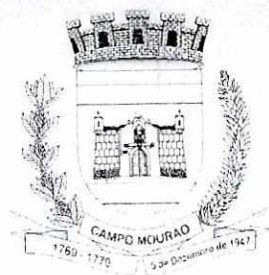
**SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,**

Estado do Paraná, em 05 de abril de 2013.

Netta Piacentini  
Professora Netta Piacentini  
Vereadora PSD

/lml





# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-50.50 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

ASSESSORIA PARLAMENTAR PSD



### JUSTIFICATIVA:

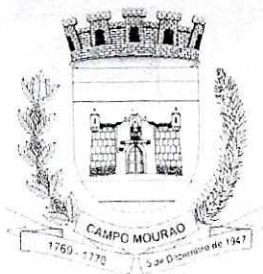
Atualmente encontra-se a droga em qualquer lugar, na rua, na escola, bares, farmácias e outros. Investe-se muito em campanhas nacionais e internacionais de combate à droga, porém à medida que os traficantes se organizam, as famílias encontram-se cada vez mais desestruturadas e carentes de informações sobre o tema.

As razões que levam uma pessoa a fazer uso de "drogas" são bastante complexas e impossíveis de serem generalizadas, entretanto pesquisas têm mostrado que o consumo de drogas pelos pais, influencia o consumo de drogas pelos filhos, a necessidade de trabalhar, e a desestruturação familiar, são fatores associados a um maior consumo de drogas.

O homem e a mulher têm hoje uma vida profissional e social muito intensa que lhes exigem o máximo de esforço físico e mental, uma vez que nossa valorização atual esta centrada no ter e não no ser. Estamos deixando de lado valores morais, éticos e espirituais.

Pesquisas apontam que entre dez jovens, seis já experimentaram drogas e um morrerá em consequência do uso; de cada dez leitos de hospitais, oito são ocupados por dependentes de drogas, sendo que seis são alcoólicos.

Esses dados apontam que a droga é um mal que está no nosso meio, e cada vez ocupando um espaço maior, afetando toda a sociedade indistintamente, não levando em consideração raça, cor, sexo, idade e classe social; portanto cabe a nós educadores mostrar as famílias, que é necessário desintoxicar nossa cultura e devolver aos jovens e adultos a fé em Deus, e o sentido e a alegria de viver livre.



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-50.50 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

**ASSESSORIA PARLAMENTAR PSD**



Ante ao exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da referida Indicação Legislativa.

**SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,**  
Estado do Paraná, em 05 de abril de 2013.

  
Professora Nelita Piacentini  
Vereadora PSD

/lml





# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-50.50 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

ASSESSORIA PARLAMENTAR PSD



MINUTA DO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2013.

**"INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA DE PAIS, PARA PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA E AO USO E ABUSO DE DROGAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO FAMILIAR".**

No uso das atribuições conferidas pelo Artigo 107, inciso I do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetemos à apreciação do Soberano Plenário, o seguinte **PROJETO DE LEI**:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa "Escola de Pais para Prevenção a Violência e ao Uso e Abuso de Drogas através da Educação Familiar", no âmbito do Município de Campo Mourão.

**Art. 2º.** O Programa instituído no artigo 1º desta Lei será destinado a famílias das comunidades com filhos que apresentem problemas comportamentais, ou não, envolvendo ou não o uso de drogas, nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** O direito a que se refere o "caput" deste artigo aplica-se aos participantes que possam se deslocar até os locais de atividades.

**Art. 3º.** São as seguintes atividades a serem aplicadas dentro do programa de que trata esta Lei:

- I - Criar grupos de apoio nos bairros;
- II - Educação familiar baseado nos princípios do A.E;
- III - Visar o desenvolvimento humano e a valorização da vida;
- IV - Desenvolver ações que reforcem a importância do papel dos pais na sociedade;
- V - Reunir e ajudar os pais a examinar cuidadosamente os diferentes aspectos da sua vida em atividades que proporcionem desenvolvimento do bem estar físico, mental, psíquico e social;
- VI - Contribuir para que ajudem seus filhos a redirecionar seus rumos, para uma melhor qualidade de vida;
- VII - Encorajar as pessoas a agirem, construindo a cooperação familiar e comunitária, desencorajando a agressividade e a violência, reforçando valores morais, espirituais e éticos.



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-50.50 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br)

[www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)

**ASSESSORIA PARLAMENTAR PSD**



**Art. 4º.** O Programa "Escola de Pais para Prevenção a Violência e ao Uso e Abuso de Drogas através da Educação Familiar" de que trata a presente Lei será desenvolvido por meio de parceria com a Secretaria da Ação Social, a quem competirá à contratação dos profissionais para sua aplicação.

**§ 1º.** Será feito o cadastro de todos os participantes solicitante, com dados do domicílio, telefone, nome da pessoa.

**§ 2º.** Essa Lei instituirá no âmbito de seu respectivo território, de no mínimo uma equipe de apoio para a plena consecução dos objetivos nela visados.

**Art. 5º.** O Programa instituído nesta Lei deverá ocorrer uma vez por semana durante todo o ano.

**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

**Art. 7º.** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,**  
Estado do Paraná, em 05 de abril de 2013.

  
Professora Nenta Piacentini  
Vereadora PSD





## **A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA**

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1100/2013

REQUERIMENTO Nº      /2013.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 003/97 e 019/2011.  
SOBRE A MATÉRIA:

☒ *não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.*

☐ existe o registro de súmula de outro Vereador e **CÓPIA ANEXO.**

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

☐ Não

☐ Sim, conforme anexo.

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

☒ *não há qualquer óbice.*

☐ a proposição é idêntica a outra (anexo) ☐ Já aprovada (167, I, a RI)

☐ Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)

☐ Já transformado em diploma legal (167, I, C)

☐ a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

☐ Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.

- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

☒ *não há qualquer óbice.*

☐ a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

☐ a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº.....2012 (em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.

☐ a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 180 (cento e oitenta dias) (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.

☐ a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.

Campo Mourão, 09 de Abril de 2013.

*Marcelo*

Marcelo Antonio Brandino Assis  
DIVISÃO LEGISLATIVA



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO 08  
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44)3518-5050 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450  
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14  
e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br) - [deptocontroleis@cmcm.pr.gov.br](mailto:deptocontroleis@cmcm.pr.gov.br)  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO



**O DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E  
ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:**

**- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL  
DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:**

( ☒ ) Sim Lei Nº1307/2000 alterada pela Lei Nº1550/2002.

**- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:**

( ☒ ) não há qualquer óbice no DCLAH.

( ) Já aprovada (167, I, a RI)

( ) Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)

( ) Já transformado em diploma legal (167, I, C), necessitando de análise Jurídica

( ) a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 15 de abril de 2013.



**Geni Berbet**

Chefe do Departamento de Controle Legislativo  
e Arquivo Histórico





PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº 687/2002

DE 05/07/2002

**LEI Nº 1550**  
De 2 de julho de 2002

Dá nova redação à Lei nº 1.307, de 21 de julho de 2000, que "Institui o Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de Entorpecentes e o Conselho Municipal de Entorpecentes".

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeito do Município, sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** A Lei nº 1.307, de 21 de junho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CAPÍTULO I**

**DO SISTEMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO  
E REPRESSÃO AO USO DE ENTORPECENTES**

**SEÇÃO I**

**DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO**

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de Entorpecentes, integrado aos Sistemas Federal e Estadual similares, destinado a auxiliar e cooperar com as atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem como, nas de recuperação de dependentes, no Município de Campo Mourão.

**Art. 2º** Integram o Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de entorpecentes os seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal Anti-Drogas, como órgão central do Sistema, diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito;

II - Secretaria da Educação;

III - 11ª Regional de Saúde, através de seu órgão de fiscalização sanitária;

IV - 11º Batalhão da Polícia Militar e a 16ª Subdivisão da Polícia Civil, através de seus órgãos incumbidos de executar a repressão a entorpecentes;

V - Núcleo Regional de Educação;

VI - Secretaria da Saúde e Ação Social.



## **SEÇÃO II**

### **DA COMPETÊNCIA**

**Art. 3º** São objetivos do Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de Entorpecentes:

**I** - formular a política local de entorpecentes, em obediência às diretrizes dos Conselhos Federal e Estadual Anti-Drogas, compatibilizando-a com os órgãos do Governo do Estado para a sua execução;

**II** - estabelecer prioridades nas atividades do Sistema, através de critérios técnicos, financeiros e administrativos, fixados pelo Conselho Municipal Anti-Drogas e que se coadunem com as peculiaridades e necessidades locais;

**III** - manter estrutura administrativa de apoio à política de prevenção, repressão e fiscalização de entorpecentes, buscando seu constante aperfeiçoamento e eficiência;

**IV** - estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informações com outros órgãos do Sistema Federal de Entorpecentes, a fim de facilitar os processos de planejamento e execução de uma política racional e recuperação dos dependentes;

**V** - estimular pesquisas, visando ao aperfeiçoamento do controle e fiscalização do tráfico e uso de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica;

**VI** - promover e apoiar a realização, por especialistas ou profissionais de comprovado saber nas atividades ligadas ao uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, de cursos destinados a habilitar Professores de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, em convênio com o Conselho Estadual Anti-Drogas a fim de que possam ser transmitidos conhecimentos da matéria, com observância dos princípios estabelecidos, e que atendam, de maneira uniforme, aos propósitos do sistema ora instituído;

**VII** - postular junto ao Conselho Estadual de Educação e órgãos ligados à área de educação no Município de Campo Mourão a inclusão efetiva nos:

**a)** programas dos cursos de formação de professores, de ensinamentos pertinentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica;

**b)** currículos de Ensino Fundamental, na disciplina de Ciências, de conteúdos específicos a respeito das substâncias entorpecentes;

**VIII** - manter convênio com o Conselho Estadual Anti-Drogas do Estado do Paraná, para execução, a nível municipal, da política sobre tóxicos.



## **CAPÍTULO II DO CONSELHO**

### **SEÇÃO I DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º** Fica instituído o Conselho Municipal Anti-Drogas, órgão normativo de deliberação coletiva, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

**Art. 5º** O Conselho Municipal Anti-Drogas será composto por um membro efetivo e um suplente, representando os seguintes órgãos:

- I** - Procuradoria Geral;
- II** - Secretaria da Saúde e Ação Social;
- III** - Secretaria da Educação;
- IV** - Núcleo Regional de Educação;
- V** - Ensino Superior de Campo Mourão;
- VI** - Conselho Municipal de Segurança de Campo Mourão;
- VII** - Cúria Diocesana de Campo Mourão;
- VIII** - Ordem dos Pastores Evangélicos de Campo Mourão - OPECAM;
- IX** - Associação Médica;
- X** - 11ª Regional de Saúde de Campo Mourão;
- XI** - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- XII** - Conselho Tutelar de Campo Mourão;
- XIII** - 11º Batalhão de Polícia Militar;
- XIV** - 16ª Subdivisão da Polícia Civil de Campo Mourão;
- XV** - Entidade de tratamento e prevenção de entorpecentes com sede em Campo Mourão.

**§ 1º** Os membros referidos nos itens I a III e respectivos suplentes, serão indicados e designados pelo Prefeito Municipal.

**§ 2º** Os membros referidos nos itens IV a XV e respectivos suplentes, serão indicados pelos órgãos que representam e designados pelo Prefeito Municipal.





§ 3º A substituição do membro titular ou suplente, sempre que necessário, também se processará nos termos dos parágrafos anteriores.

§ 4º Na ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 5º O Conselho Municipal Anti-Drogas reunir-se-á ordinariamente com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 6º O Conselho Municipal Anti-Drogas será presidido por pessoa de conhecimento nos assuntos de tóxicos, de livre escolha e designação entre os conselheiros, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal Anti-Drogas contará com um Secretário Administrativo eleito por seus pares.

Art. 7º O Prefeito Municipal através de Decreto nomeará os Conselheiros, após eleitos e indicados pelos diferentes segmentos.

## SEÇÃO II DO MANDATO

Art. 8º Os membros do Conselho Municipal Anti-Drogas e seus respectivos suplentes terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos a critério do Prefeito Municipal.

**Parágrafo único.** O desempenho das funções de membro do Conselho Municipal Anti-Drogas não será remunerado, sendo considerados de relevante interesse público os serviços prestados.

## SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA

Art. 9º Incumbe ao Conselho Municipal Anti-Drogas, nos limites de sua competência, de acordo com os objetivos definidos nesta Lei:

I - estabelecer diretrizes e propor política municipal de prevenção, repressão e fiscalização de entorpecentes, bem como promover pelos meios necessários a integração ao Sistema dos órgãos do Estado e do Município para realização dos objetivos visados;

II - cadastrar, fiscalizar, orientar e apoiar as entidades que, no âmbito do Município de Campo Mourão, desempenham atividades de recuperação e reajustamento social do dependente;



III - apoiar e auxiliar os órgãos encarregados de promover a ação fiscalizadora, na forma da Lei, sobre os produtos e substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica;

IV - promover a execução, através dos meios hábeis, dos planos e objetivos estabelecidos no artigo 3º desta Lei.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 10.** Os órgãos competentes do Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão de entorpecentes, sem prejuízo da subordinação administrativa a que estão vinculados, ficam sujeitos à orientação normativa e supervisão técnica do Conselho Municipal Anti-Drogas, no que tange às atividades disciplinadas pelo Sistema.

**Parágrafo único.** Cabe ao Conselho Municipal Anti-Drogas, quando da falta de cumprimento das suas decisões, exceder da competência municipal, representar as autoridades competentes à respeito do fato, para fins previstos neste artigo.

**Art. 11.** Compete ao órgão específico da Secretaria da Saúde e Ação Social auxiliar e amparar a recuperação e a ressocialização do dependente, dentro das suas possibilidades.

**Art. 12.** O Conselho Municipal Anti-Drogas, como órgão normativo de deliberação coletiva, vinculado ao Gabinete do Prefeito, terá sua competência desdobrada e suas condições de funcionamento determinadas em Regimento Interno, a ser elaborado no prazo de trinta dias pelos Conselheiros e aprovado por ato do Prefeito Municipal.

**Art. 13.** Poderá o Conselho Municipal Anti-Drogas, em caráter permanente ou temporário, convocar especialistas da Administração Municipal com conhecimentos específicos ligados à área de Entorpecentes, bem como, outros servidores necessários à implantação e funcionamento do Conselho, mediante prévia autorização do Prefeito Municipal.

**Art. 14.** Os recursos orçamentários e financeiros necessários à implantação e funcionamento do Conselho Municipal Anti-Drogas, oriundos de dotações próprias consignadas no Orçamento do Município, serão realocados pela Secretaria da Saúde e Ação Social e liberados pela Secretaria da Fazenda e Administração, após propostas em Plano de Aplicação aprovado pelo Prefeito Municipal."



**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 2 de julho de 2002

Tauillo Tezelli  
**Prefeito Municipal**

Robervani Pierin do Prado  
**Procurador-Geral**

Nilma Ladeia de Carvalho Dias  
**Secretária da Saúde e Ação Social**



PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL  
DO MUNICÍPIO Nº 543/2000

DE 26/06/2000

**LEI Nº 1307**  
De 21 de junho de 2000

Institui o Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de Entorpecentes e o Conselho Municipal de Entorpecentes.



**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

**LEI:**

## **CAPÍTULO I**

### **DO SISTEMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E REPRESSÃO AO USO DE ENTORPECENTES**

#### **SEÇÃO I** **DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO**

**Art. 1º** Fica instituído o Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de Entorpecentes, integrado aos Sistemas Federal e Estadual similares, destinado a auxiliar e cooperar com as atividades de prevenção, fiscalização e repressão ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, bem como, nas de recuperação de dependentes, no Município de Campo Mourão.

**Art. 2º** Integram o Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de Entorpecentes os seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal de Entorpecentes, como órgão central do Sistema, diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito;

II - Secretaria da Educação;

III - 11ª Regional de Saúde, através de seu órgão de fiscalização sanitária;

IV - 11º Batalhão da Polícia Militar e a 16ª Subdivisão da Polícia Civil, através de seus órgãos incumbidos de executar a repressão a entorpecentes;



V - Núcleo Regional de Educação;

VI - Secretaria da Saúde e Ação Social.

## SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

**Art. 3º** São objetivos do Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de Entorpecentes:

I - formular a política local de entorpecentes, em obediência às diretrizes dos Conselhos Federal e Estadual de Entorpecentes, compatibilizando-a com os órgãos do Governo do Estado para a sua execução;

II - estabelecer prioridades nas atividades do Sistema, através de critérios técnicos, financeiros e administrativos, fixados pelo Conselho Municipal de Entorpecentes e que se coadunem com as peculiaridades e necessidades locais;

III - manter estrutura administrativa de apoio à política de prevenção, repressão e fiscalização de entorpecentes, buscando seu constante aperfeiçoamento e eficiência;

IV - estabelecer fluxos contínuos e permanentes de informações com outros órgãos do Sistema Federal de Entorpecentes, a fim de facilitar os processos de planejamento e execução de uma política racional e recuperação dos dependentes;

V - estimular pesquisas, visando ao aperfeiçoamento do controle e fiscalização do tráfico e uso de substâncias entorpecentes, ou que determinem dependência física ou psíquica;

VI - promover e apoiar a realização, por especialistas ou profissionais de comprovado saber nas atividades ligadas ao uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, de cursos destinados a habilitar Professores de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, em convênio com o Conselho Estadual de Entorpecentes a fim de que possam ser transmitidos conhecimentos da matéria, com observância dos princípios estabelecidos, e que atendam, de maneira uniforme, aos propósitos do sistema ora instituído;

VII - postular junto ao Conselho Estadual de Educação e órgãos ligados à área de educação no Município de Campo Mourão a inclusão efetiva nos:



a) programas dos cursos de formação de professores, de ensinamentos pertinentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica;

b) currículos de Ensino Fundamental, na disciplina de Ciências, de conteúdos específicos a respeito das substâncias entorpecentes;

VIII - manter convênio com o Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado do Paraná, para execução, a nível municipal, da política sobre tóxicos.

## **CAPÍTULO II DO CONSELHO**

### **SEÇÃO I DA CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º** Fica instituído o Conselho Municipal de Entorpecentes, órgão normativo de deliberação coletiva, vinculado ao Gabinete do Prefeito.

**Art. 5º** O Conselho Municipal de Entorpecentes será composto por um membro efetivo e um suplente, representando os seguintes órgãos:

- I - Procuradoria Geral;
- II - Secretaria da Saúde e Ação Social;
- III - Secretaria da Educação;
- IV - Núcleo Regional de Educação;
- V - Ensino Superior de Campo Mourão;
- VI - Conselho Municipal de Segurança de Campo Mourão;
- VII - Cúria Diocesana de Campo Mourão;
- VIII - Ordem dos Pastores Evangélicos de Campo Mourão - OPECAM;
- IX - Associação Médica;
- X - 11ª Regional de Saúde de Campo Mourão;
- XI - Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- XII - Conselho Tutelar de Campo Mourão;
- XIII - 11º Batalhão de Polícia Militar;
- XIV - 16ª Subdivisão da Polícia Civil de Campo Mourão;
- XV - Entidade de tratamento e prevenção ao uso de entorpecentes com sede em Campo Mourão.

§ 1º Os membros referidos nos itens I a III e respectivos suplentes, serão indicados e designados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Os membros referidos nos itens IV a XV e respectivos suplentes, serão indicados pelos órgãos que representam e designados pelo Prefeito Municipal.





**§ 3º** A substituição do membro titular ou suplente, sempre que necessário, também se processará nos termos dos parágrafos anteriores.

**§ 4º** Na ocorrência de vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

**§ 5º** O Conselho Municipal de Entorpecente reunir-se-á ordinariamente com a presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

**Art. 6º** O Conselho Municipal de Entorpecentes será presidido por pessoa de conhecimento nos assuntos de tóxicos, de livre escolha e designação entre os conselheiros, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido, bem como toda diretoria.

**Parágrafo único.** O Conselho Municipal de Entorpecentes contará com um Secretário Administrativo eleito por seus pares.

**Art. 7º** O Prefeito Municipal através de Decreto nomeará os Conselheiros, após eleitos e indicados pelos diferentes segmentos.

## SEÇÃO II DO MANDATO

**Art. 8º** Os membros do Conselho Municipal de Entorpecentes e seus respectivos suplentes terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos a critério do Prefeito Municipal.

**Parágrafo único.** O desempenho das funções de membro do Conselho Municipal de Entorpecentes não será remunerado, sendo considerados de relevante interesse público os serviços prestados.

## SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA

**Art. 9º** Incumbe ao Conselho Municipal de Entorpecentes, nos limites de sua competência, de acordo com os objetivos definidos nesta Lei:

I - estabelecer diretrizes e propor política municipal de prevenção, repressão e fiscalização ao uso de entorpecentes, bem como promover pelos



meios necessários a integração ao Sistema dos órgãos do Estado e do Município para realização dos objetivos visados;

II - cadastrar, fiscalizar, orientar e apoiar as entidades que, no âmbito do Município de Campo Mourão, desempenham atividades de recuperação e reajustamento social do dependente;

III - apoiar e auxiliar os órgãos encarregados de promover a ação fiscalizadora, na forma da Lei, sobre os produtos e substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica;

IV - promover a execução, através dos meios hábeis, dos planos e objetivos estabelecidos nos incisos I a VII do artigo 3º desta Lei.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 10.** Os órgãos competentes do Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de Entorpecentes, sem prejuízo da subordinação administrativa a que estão vinculados, ficam sujeitos à orientação normativa e supervisão técnica do Conselho Municipal de Entorpecentes, no que tange às atividades disciplinadas pelo Sistema.

**Parágrafo único.** Cabe ao Conselho Municipal de Entorpecentes, quando da falta de cumprimento das suas decisões, exceder da competência municipal, representar as autoridades competentes à respeito do fato, para fins previstos neste artigo.

**Art. 11.** Compete ao órgão específico da Secretaria da Saúde e Ação Social auxiliar e amparar a recuperação e a ressocialização do dependente, dentro das suas possibilidades.

**Art. 12.** O Conselho Municipal de Entorpecentes, como órgão normativo de deliberação coletiva, vinculado ao Gabinete do Prefeito, terá sua competência desdobrada e suas condições de funcionamento determinadas em Regimento Interno, a ser elaborado no prazo de trinta dias pelos Conselheiros e aprovado por ato do Prefeito Municipal.

**Art. 13.** Poderá o Conselho Municipal de Entorpecentes, em caráter permanente ou temporário, convocar especialistas da Administração Municipal com conhecimentos específicos ligados à área de entorpecentes, bem como, outros servidores necessários à implantação e funcionamento do Conselho, mediante prévia autorização do Prefeito Municipal.



**Art. 14.** Os recursos orçamentários e financeiros necessários à implantação e funcionamento do Conselho Municipal de Entorpecentes, oriundos de dotações próprias consignadas no Orçamento do Município, serão realocados pela Secretaria da Saúde e Ação Social e liberados pela Secretaria da Fazenda e Administração, após propostas em Plano de Aplicação aprovado pelo Prefeito Municipal.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"**  
Campo Mourão, 21 de junho de 2000

**Tauillo Tezelli**  
Prefeito Municipal

**Roberto Pedro Ribeiro de Castro**  
Procurador-Geral

**Rosemeire do Carmo Martelo**  
Secretária da Saúde e Ação Social





Da Presidência da Câmara,  
Ao Departamento de Assuntos Legislativos - DAL

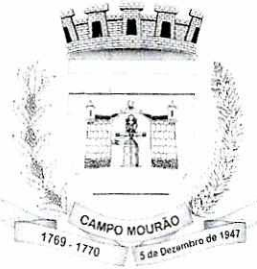
01- Registro minha ciência e envie a Indicação Legislativa protocolizada sob nº 1100/2013, em 05 de abril do fluente, de autoria da Vereadora Nelita Cecília Piacentini, a Diretoria Jurídica para manifestação.

Sala Vereador Paulo Roberto Merlin Ribas, 22 de abril de 2013.

Pedrinho Nespolo

Presidente

lgo/



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefone (44) 3518-5050 - CEP 8732-220

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: [legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br](mailto:legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br)

[www.cmcm.pr.gov.br](http://www.cmcm.pr.gov.br)



**DIRETORIA JURÍDICA**

DE: DIRETORIA JURÍDICA  
PARA: PRESIDÊNCIA

PARECER N.º 1072 /2013

REF: INDICAÇÃO LEGISLATIVA N.º 1100/2013

ORIGEM: VEREADORA NELITA CECÍLIA PIACENTINI

**Senhor Presidente,**

Considerando a competência atribuída a este órgão pelos artigos 18 da Resolução n.º 32/92 e 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis cabe aduzir o que segue.

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

PROTOCOLO N.º 1926 / 2013

CAMPO MOURÃO, 03/05/13 HORA 09:26

Jaqueline Silva  
PROTOCOLISTA

*mt*



A Vereadora Nelita Cecília Piacentini, nos termos do art. 128, § 1º, inciso II do Regimento Interno, apresenta Indicação Legislativa, juntamente com a minuta do Projeto de Lei, exposta em 08 (oito) artigos, protocolizada sob o nº. **1100/2013** que “*INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA DE PAIS, PARA PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA E AO USO E ABUSO DE DROGAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO FAMILIAR*”.

A Indicação Legislativa em comento foi protocolizada no dia 05 de abril de 2013. A Divisão Legislativa certificou em 09 de abril do corrente exercício inexistência de Súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto e que não havia qualquer óbice.

O Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico certificou em 15 de abril de 2013 a existência de Legislação Municipal sobre a matéria, Lei nº 1307/2000 alterada pela Lei nº 1550/2002, quanto a prejudicialidade, que não há qualquer óbice.

No dia 26 de abril do corrente exercício, a presente Indicação Legislativa foi encaminhada para análise desta Diretoria Jurídica.

É o relatório.

## II – DO PARECER

A proposição tem por objetivo indicar ao Poder Executivo a edição de Projeto que “*Institui o programa Escola de Pais, para prevenção a violência e ao uso e abuso de drogas através da educação familiar*”.





O Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico certificou a existência da Lei nº 1550/2002 que “*Institui o Sistema Municipal de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Uso de Entorpecentes e o Conselho Municipal de Entorpecentes*”.

No entanto, em análise, salvo melhor juízo, não se verificam prejudicialidades à tramitação da Indicação Legislativa em tela.

Por fim, esta Diretoria Jurídica se manifesta favorável à tramitação da aludida **Indicação Legislativa n.º 1100/2013**, uma vez que não se afigura qualquer inconstitucionalidade, ilegalidade, ou desrespeito aos preceitos regimentais desta Casa de Leis. Ressalvada, todavia, a análise de mérito dos Nobres Edis.

Campo Mourão (PR), 02 de maio de 2013

  
**Dania Vanessa de Mello**  
Diretora Jurídica  
OAB/PR 35.645



DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA,  
Ao Departamento de Assuntos Legislativos;

A Diretoria Jurídica no parecer nº 1072/2013; em anexo protocolizado sob nº 1926/2013, no dia 03 do fluente; se manifesta favorável à tramitação da Indicação Legislativa nº 1100/2013 que "Institui o Programa Escola de Pais, para prevenção a violência e ao uso e abuso de drogas através da educação familiar", de Autoria da Vereadora Nelita Cecilia Piacentini.

Envie a Comissão de Legislação e Redação.

Sala Vereador Paulo Roberto Merlin Ribas, em 06 de Maio de 2013.

**Pedrinho Nespolo**

***Presidente***



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO  
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518.5050 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14  
e-mail: [legislativomunicipal@camaracm.com.br](mailto:legislativomunicipal@camaracm.com.br) [www.camaracm.com.br](http://www.camaracm.com.br)



INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1100/2013.

**AUTORIA:** NELITA CECILIA PIACENTINI

Enviado à COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Relator Olivino Custódio

Tramita nesta Comissão a Indicação Legislativa nº 1001/2013, protocolizado sob nº 1100/2013 em data de 05 de Abril de 2013, que **"Institui o Programa Escola de Pais, para prevenção a violência e ao abuso de drogas através da educação familiar"**.

VOTO DO RELATOR

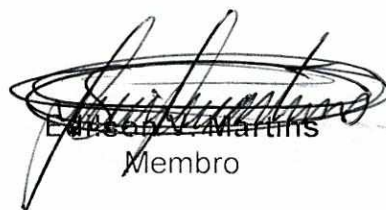
Conforme prevê o Artigo 39 do Regimento Interno desta Casa de Leis, chega a essa Relatoria a Indicação Legislativa n. 1100/2013, ora exposta, com Parecer Jurídico emitido pela Diretoria Jurídica da Casa.

Em análise à Indicação Legislativa, verificamos que a presente não apresenta inconstitucionalidade, ilegalidade, ou falta de técnica legislativa. Sendo assim, **VOTO FAVORÁVEL** a presente Indicação Legislativa.

Sala da Comissão Permanente de Legislação e Redação do Poder Legislativo do Município de Campo Mourão, em 20 de maio de 2013.

  
Olivino Custódio  
Relator

  
Sidnei Jardim  
Membro-Presidente

  
Edson L. Martins  
Membro





# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-5050 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: vereadorolivinocustodio@cmcm.pr.gov.br

Assessoria do PR

www.cmcm.pr.gov.br



MINUTA DO PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2013.

**"INSTITUI O PROGRAMA ESCOLA DE PAIS,  
PARA PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA E AO USO  
E ABUSO DE DROGAS ATRAVÉS DA  
EDUCAÇÃO FAMILIAR".**

No uso das atribuições conferidas pelo Artigo 107, inciso I do Regimento Interno desta Casa de Leis, submetemos à apreciação do Soberano Plenário, o seguinte **PROJETO DE LEI**:

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa "Escola de Pais para Prevenção a Violência e ao Uso e Abuso de Drogas através da Educação Familiar", no âmbito do Município de Campo Mourão.

**Art. 2º.** O Programa instituído no artigo 1º desta Lei será destinado a famílias das comunidades com filhos que apresentem problemas comportamentais, ou não, envolvendo ou não o uso de drogas, nos termos desta Lei.

**Parágrafo único.** O direito a que se refere o "caput" deste artigo aplica-se aos participantes que possam se deslocar até os locais de atividades.

**Art. 3º.** São as seguintes atividades a serem aplicadas dentro do programa de que trata esta Lei:

- I - Criar grupos de apoio nos bairros;
- II - Educação familiar baseado nos princípios do A.E;
- III - Visar o desenvolvimento humano e a valorização da vida;
- IV - Desenvolver ações que reforcem a importância do papel dos pais na sociedade;
- V - Reunir e ajudar os pais a examinar cuidadosamente os diferentes aspectos da sua vida em atividades que proporcionem desenvolvimento do bem estar físico, mental, psíquico e social;
- VI - Contribuir para que ajudem seus filhos a redirecionar seus rumos, para uma melhor qualidade de vida;
- VII - Encorajar as pessoas a agirem, construindo a cooperação familiar e comunitária, desencorajando a agressividade e a violência, reforçando valores morais, espirituais e éticos.

**Art. 4º.** O Programa "Escola de Pais para Prevenção a Violência e ao Uso e Abuso de Drogas através da Educação Familiar" de que trata a presente Lei será desenvolvido por meio de parceria com a Secretaria da Ação Social, a quem competirá à contratação dos profissionais para sua aplicação.



**§ 1º.** Será feito o cadastro de todos os participantes solicitante, com dados do domicílio, telefone, nome da pessoa.

**§ 2º.** Essa Lei instituirá no âmbito de seu respectivo território, de no mínimo uma equipe de apoio para a plena consecução dos objetivos nela visados.

**Art. 5º.** O Programa instituído nesta Lei deverá ocorrer uma vez por semana durante todo o ano.


**Art. 6º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.


**Art. 7º.** Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado de sua publicação.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,**  
20 de Maio de 2013

  
Olivino Custódio  
Relator

  
Sidnei Jardim  
Membro - Presidente

  
Edilson V. Martins  
Membro



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 3518-5050 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

e-mail:legislativomunicipal@camaraem.com.br

www.camaraem.com.br

Departamento de Assuntos Legislativos

PROTOCOLO Nº 1100/2013	INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1100/2013
------------------------	------------------------------------

TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA	
------------------------	--

DATA	COMISSÃO PERMANENTE	PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA
	LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO	
	FINANÇAS E ORÇAMENTO	
	MÉRITOS TEMÁTICOS	
	SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA	
	REPRESENTATIVA	

DATA	DISCUSSÃO E VOTAÇÃO	RESULTADO				PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA
		APROVADO		REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		

EMENDAS OU OUTRAS OBSERVAÇÕES:

REDAÇÃO FINAL: / /	SANÇÃO/PROMULGAÇÃO: / /
--------------------	-------------------------

PUBLICAÇÃO: / /	ARQUIVAMENTO: / /
-----------------	-------------------

DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO





# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco F. Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-5050 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450  
C.N.P.J 79.869.772/0001-14  
e-mail: contato@cmcm.pr.gov.br  
www.cmcm.pr.gov.br

Ofício nº 1.470/13-GAB/PRES.

Campo Mourão, 28 de maio de 2013.

Senhora Prefeita,

Sugerimos que Vossa Excelência envie a este Poder Legislativo os Projetos de Leis oriundos das seguintes Indicações Legislativas:

- 639/13 – “Dispõe sobre a isenção de impostos e cessão de instalações físicas para indústrias do ramo de confecções, que vierem a se instalar no Município, a partir da data da publicação da presente lei e dá outras providências”, de autoria do Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira;
- 795/13 – “Institui o Dia Municipal da Proteção e Respeito aos Animais no Município de Campo Mourão e dá outras providências”, de autoria dos Vereadores Pedro Rogério Lourenço Nespolo e Elvira Maria Schen Lima;
- 1.100/13 – “Institui o Programa Escola de Pais, para Prevenção da Violência e ao Uso e Abuso de Drogas através da Educação Familiar”, de autoria da Vereadora Nelita Cecília Piacentini;
- 1.182/13 – “Dispõe sobre a implantação do Centro de Reabilitação à Obesidade no Município de Campo Mourão e dá outras providências”, de autoria do Vereador Edson Battilani.

Respeitosamente,

Pedro Rogério Lourenço Nespolo  
Presidente

Excelentíssima Senhora  
Prefeita **Regina Massaretto Bronzel Dubay**,  
Prefeitura Municipal  
Campo Mourão - PR  
/apl